



**PARLAMENTO
NACIONAL**
República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

**INTERVENÇÃO DE S.EXA O PRESIDENTE DO PARLAMENTO NACIONAL
ARÃO NOÉ DE JESUS DA COSTA AMARAL
Por ocasião encerramento da Conferência Corrupção e Boa
Governança – Perspectivas de Futuro**

19 de Junho de 2019

Exmos. Senhores Deputados,

Antes de mais quero saudar a população de Oecusse-Ambeno por acolher com tanta fraternidade o Parlamento Nacional e os seus deputados. É com muito gosto que nos encontramos aqui, num exemplo de como o Parlamento deve ir ao encontro dos seus cidadãos. De como os políticos devem estar próximos dos seus eleitores e ouvir directamente os seus problemas e expectativas. Só com uma política de proximidade conseguimos verdadeiramente ouvir o povo e escutar os seus problemas, para que os possamos ajudar a resolver.

Minhas Senhoras e meus senhores,

“A maior desgraça de uma nação pobre é que em vez de produzir riqueza, produz ricos”

A frase não é minha, é do escritor moçambicano Mia Couto, mas não deixa de me fazer pensar, e concluir de imediato, que não é isto que



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

quero para o meu País. Não foi para isto que lutámos e para o qual o povo timorense derramou tanto sangue.

Como sabem, o Parlamento Nacional tem um o compromisso com o eleitorado, e irá avançar com uma reforma do sector da justiça de modo a criar um quadro jurídico para, entre outras medidas, tornar a justiça mais próxima dos cidadãos e contribuir para uma luta mais eficaz contra a corrupção.

Para tal, com o apoio do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o Parlamento estabeleceu um novo Projecto para a Reforma da Justiça onde estão a ser estudadas diversas soluções para a reforma da justiça e para o combate à corrupção.

O discurso sobre a luta contra a corrupção não é novo, e nunca é fácil de o debater com seriedade, pois sofre sempre de uma grande tendência de politização, o que pode dificultar o debate sério e responsável, apesar de Timor-Leste se encontrar democraticamente mais maduro.

Há vários perigos, que um discurso anti-corrupção gratuito e pouco informado pode comportar, como a promoção de generalizações, sempre injustas e perigosas, que atacam indiscriminadamente a ineficiência do Estado, sublinham o mau carácter individual dos funcionários públicos, desconsiderando muitas vezes outros factores que contribuem para uma ausência de sentido de igualdade e de relação com o público. Daí que soluções imediatistas, demagógicas e perigosas



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

possam, nestes momentos, entrar em cena em nome da salvação da pátria corrompida.

Como tal, generalizações injustas e perigosas não podem ser de todo admitidas. Eu próprio, sou testemunha diária do empenho e do esforço permanente de muitos dos meus colegas deputados, dos funcionários públicos, com quem tenho o privilégio de trabalhar, e dos membros do Governo que se esforçam diariamente para que Timor-Leste se desenvolva de um modo equitativo e justo para todos.

Claro de vez em quando surge um mau exemplo... mas uma árvore não faz a floresta, no entanto quando cai, infelizmente faz mais barulho que a floresta que cresce.

Não posso também deixar de sublinhar que a corrupção não é um fenómeno exclusivo de Timor-Leste, nem de um determinado tempo histórico, regime político, ideologia, sistema económico ou partido político. É um fenómeno global e que, lamentavelmente, ocorre em todo lado e desde tempos imemoriais.

E é por este motivo que o seu combate não se pode fazer só ao nível da repressão, mas também ao nível da prevenção. O combate à corrupção tem de ser um combate holístico que envolve várias práticas institucionais, culturais, colectivas e individuais muito complexas.

O combate contra a corrupção tem de estar associado a uma forte noção de cidadania e ao reforço do princípio do interesse colectivo



PARLAMENTO
NACIONAL
República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

sobre o individualismo do interesse privado. E é por este motivo que o combate contra a corrupção tem que envolver um debate sobre o interesse público, democracia, cidadania, direito, e dignidade do homem.

Qualquer debate sobre corrupção fora destas órbitas tende a ser populista, opaco e perigosamente demagógico e moralista.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não devemos esquecer que, lamentavelmente, o fenómeno da corrupção invade grandes espaços do tecido social, sem que as pessoas que sofrem as suas consequências tenham sempre a possibilidade de reivindicar justiça e responsabilidades, tornando-se os mais frágeis cada vez mais dependentes.

No entanto, a existência de fenómenos graves como a corrupção não podem justificar uma luta que cause perturbação social, de um modo desproporcional, ou colocar em causa direitos fundamentais consagrados na Constituição da República. É, por isso, necessário favorecer um sistema de combate à corrupção, que respeite a Constituição da República e os seus princípios fundamentais, nomeadamente os direitos, liberdades e garantias.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

O combate à corrupção está intimamente ligado à forma como o sistema democrático e de boa governação funciona. E sobre democracia, os



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

timorenses conhecem bem os seus desafios, pois souberam lutar e esperar por ela 24 anos. Da improvável independência à luta por uma fronteira marítima justa e equitativa que muitos adivinhavam improvável, os timorenses têm demonstrado uma resiliência, e um sentido de justiça e de determinação, muito para além do expectável para um país da sua dimensão. Com humildade, temos como Povo afirmado uma certa forma de heroísmo, de resiliência, de teimosia pelas causas que valem a pena.

A boa governação é um caminho que continuamos a trilhar com a ajuda de todos, é uma causa que resulta do processo democrático e que nos convoca e mobiliza a agir, reinventando o processo democrático todos os dias.

Ainda que não possa significar muito, a classificação de Timor-Leste nos vários índices que medem a liberdade e a qualidade da democracia, parecem demonstrar que, apesar de tudo, estamos no bom caminho.

Não oferecemos o vigor financeiro e a organização matemática de Singapura. Não temos a capacidade industrial da Tailândia ou do Vietname. Mas, em apenas 16 anos, soubemos construir um sistema que confere à nossa população um conjunto de direitos e liberdades que ainda não existem nesses países.

Estamos certos que, com a resiliência que nos caracteriza e com os amigos certos, continuaremos a trilhar este caminho, destinado a oferecer aos timorenses mais liberdade democrática e um



PARLAMENTO NACIONAL

República Democrática de Timor-Leste

Gabinete do Presidente

desenvolvimento económico-social equilibrado e sustentável, assente nos mais elementares princípios de justiça e equidade.

Temos presente que regime democrático só sobreviverá se efectivamente resolver os problemas dos cidadãos. Se atacar a pobreza e se assegurar o desenvolvimento humano. Para confiarem na democracia os cidadãos têm que acreditar que a democracia é o regime que melhor os representa e que melhor assegura o desenvolvimento humano.

Fenómenos como a corrupção e falta de clareza no discurso democrático, são tóxicos e, a longo prazo, acabam por condenar a democracia como sistema.

Agradeço também a Vossa participação e o apoio da OXFAM e do apoio que deu na organização desta conferência, desejando muito sucesso para os seus trabalhos.

Declaro aberta a Conferência!
Muito obrigado!